

O sudoeste de Goiás como território de fronteira: a colonização do *Certão do Gentio Cayapó*¹ (1830-1900)

Rafael Alves Pinto Júnior
Instituto Federal de Educação Tecnológica de Goiás
Goiânia – Goiás – Brasil
rafaeljuniorcefet@gmail.com

Resumo: Este trabalho aborda a ocupação por fazendeiros mineiros e paulistas da região sudoeste de Goiás a partir de 1830, recolocando a questão do enfrentamento com os índios. Com ela, a afirmação de fronteiras e definição de limites entre o Mato Grosso e a região do Desemboque, em Minas Gerais. Um cenário de violências renitentes que durou até, pelo menos, 1900 com a extinção dos indígenas. Sem tempo para afirmações simbólicas, configurou um modo particular de relacionamento com a posse da terra ao mesmo tempo em que configurou uma particular ocupação espacial da região central do Brasil.

Palavras-Chave: Colonização do Sudoeste de Goiás. História do Sudoeste de Goiás. Conquista do sertão de Goiás.

Introdução

A ocupação do sudoeste de Goiás por fazendeiros procedentes de Minas Gerais e São Paulo, a partir da terceira década do século XIX, deslocou mais para oeste a fronteira da Província, praticamente limitada, até então, ao Arraial de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde. Para compreensão deste processo, faz-se necessário traçar um panorama de como a Província de Goiás se mostrava na época, inscrevê-la na dinâmica socioeconômica de seu tempo e ir além da divisão geopolítica. Ao mesmo tempo, procurar identificar as inter-relações mais evidentes, como a formada pelo Triângulo Mineiro: entreposto comercial e cultural entre a região sudeste e Goiás, que exerceu notória influência à apropriação e consolidação do território desta parte do Brasil.

Por um lado, se vistas “de fora”, as diferentes ocupações territoriais e a configuração das diversas áreas produtivas em Goiás remetem à expansão das outras áreas

¹ A ortografia das citações foi respeitada de acordo com as fontes.

ativas na economia nacional, como a mineração, por exemplo. Em busca de mais ouro, o território ampliou-se a partir dos centros produtores existentes. Sob esta ótica fazem parte da dinâmica da economia colonial no Brasil. Por outro lado, se vistas “de dentro”, pode ser entendida como um processo estruturante a partir de gamas de experiências que tiveram como resultado um processo heterogêneo de ocupação espacial, de constituição de núcleos produtivos e de estruturação de uma rede de relações econômicas a partir de suas potencialidades naturais.

Neste estudo, adotaremos o procedimento metodológico de, a partir do entendimento dos fenômenos mais abrangentes, procurar ver seus desdobramentos no espaço e no tempo, e a partir daí, relacionar os diferentes vetores da configuração da ocupação. Rever o processo de ocupação do território goiano está além dos limites deste recorte. Partiremos do ponto de observar que, nas primeiras décadas do século XIX, Goiás encontrava-se dividido a partir das correntes migratórias que eram o ponto de origem das populações que a ocuparam. De acordo com estudos de pesquisadores como Antônio Teixeira Neto (1992, 1993), Palacin (1992) e Leandro Rocha (1998), sabemos que o Norte foi ocupado em sua maioria por nordestinos e nortistas, que encontraram nas vias fluviais dos rios Araguaia e Tocantins sua articulação econômica com o Pará. O centro-sul foi ocupado em sua maioria por mineiros e paulistas, articulados aos diversos núcleos de mineração como Corumbá, Jaraguá, Vila Boa e principalmente Meia Ponte: o maior entreposto comercial a articular a entrada e saída de produtos e pessoas da província. Ao sul, oeste e sudoeste, uma grande área que não tinha ouro, mas que tinha dono é identificada na cartografia como o *certão dos Cayapós*². Mais a oeste, os Aricás e Aycurus até o rio Paraguai. Ao Norte, os Xavantes.

Em 1830, enquanto as demais fronteiras goianas encontravam-se definidas e, de uma maneira ou outra, ocupadas, a região sudoeste encontrava-se em situação mais ou menos nebulosa, tendo seus limites legais em litígio com a região da Farinha Podre e áreas do Mato Grosso, ainda não alcançadas pelo Império. Caracterizando-se como uma área de fronteira, de acordo com os acertados estudos de Antônio Teixeira Neto (1993, p. 39-55; 1992, p. 137-163).

Vista pelos fazendeiros que a ocuparam paulatinamente de maneira crescente, esta vasta região constituía-se numa frente pioneira. Compreendendo a criação de algo novo sobre um terreno “virgem”: sociabilidade fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais, no sentido que lhe atribuiu José Martins (2012). Um entendimento que vai

² Utilizo o termo Caiapó com “c”, e não com “k”, como é usualmente empregado na antropologia, no sentido a estabelecer uma diferenciação entre os grupos “do Norte” e “do Sul”.

além da simples ocupação de uma população sobre territórios de outros. Podendo ser vista como uma situação de enfrentamento a partir de uma expropriação fundiária que, necessariamente, induz uma alteração drástica, impetrando inegável violência. Um panorama no qual a palavra *desenvolvimento* só faz sentido para os vencedores deste embate. À ótica das populações indígenas existentes, tratava-se de uma frente de expansão que avançava sobre eles ininterruptamente. Seguiu em seu encalço instaurando temporalidade cotidiana de conflito e alteridade.

Como já havia acontecido em outras regiões do Brasil, este drama tinha o cerrado do Sudoeste como cenário: fronteira da humanidade de um lado e do não humano do outro, lugar da barbárie³, do selvagem, do gentio, do animal. Nesse sentido, diferentemente do que ocorre na frente pioneira, a dimensão econômica é a menos importante. Como observou Martins (2012, p. 138), longe de ser território do novo, a fronteira à frente de expansão revelou-se como o lugar da morte e da afirmação da dominação mais desumanizadora. Em suas palavras:

Adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora.

Neste cenário, com o território sendo rapidamente invadido, a população indígena viu-se forçada a recuar mais a oeste e norte da região sudoeste, embrenhando-se mais em direção a Mato Grosso. A uma região que já se constituía em conflito de fronteiras entre os próprios brancos veio sobrepor-se uma de conflito com os índios. Uma zona fluida, constantemente deslocada.

Fluidas fronteiras

As definições territoriais no Brasil estiveram sempre associadas a uma expressão do poder governamental no processo de povoamento. Manipulando estas linhas, prontos a distendê-las, encurtá-las e até a suprimi-las, se preciso fosse, estiveram sempre presentes os representantes do poder estatal.

³ Refletindo sobre as imagens dos índios em Goiás, Portela (2008) observou a projeção dos desbravadores em classificar os índios do “interior” diferenciando-os pela ferocidade e atraso cultural dos índios do “litoral”.

Em Goiás, ao longo do século XVIII, foram criados diversos postos de fiscalização e registro para controlar o fluxo de bens e pessoas na Capitania: escravos, cargas, mantimentos, imigrantes, gado, ouro e impostos não deveriam escapar ao controle governamental. Esforços para controlar um fluxo que não era desprezível. Desde 1725, afluíam para Goiás pessoas da extremidade do mundo português. Conforme colocado por HOLANDA (1995) e SOUZA (1997), após as primeiras levas de paulistas, juntaram-se forasteiros das demais capitanias e aventureiros reinóis.

Em pontos estratégicos, estas barreiras reforçavam o controle e posse do território ao mesmo tempo em que legitimavam a ocupação das terras: na região da Farinha Podre (atual triângulo mineiro), na fronteira leste com Minas, Bahia e Maranhão, à margem do Araguaia na fronteira com Mato Grosso, ao norte em São José das Duas Barras do Araguaia, Duro e Boa Veja e ao sul no Desemboque, Santa Maria, Rio das Velhas e Arrendidos. A partir daí, ficavam proibidas também as aberturas de novas picadas, caminhos ou desvios por onde pudesse passar o contrabando. De acordo com Horieste Gomes (1994, p. 24) exercícios e tentativas de controle do mercantilismo ao fortalecimento do capitalismo nascente.

Como a região sudoeste de Goiás mostrou-se desprovida de metais preciosos ou diamantes, continuou caracterizada como havia sido até então: um grande “nada” a ser povoado e colonizado por quem se dispusesse a vencer as léguas do sertão. Nomeada por Luís D’Alincourt (2006, p. 13) como o *País dos Caiapó*, a região teve um sinônimo: ferocidade e resistência indígena. A simples referência da existência desta nação indígena em uma região, comumente, era suficiente para amedrontar muitos que se aventuraram ao interior do Brasil nos séculos XVIII e XIX.

Em suas andanças por Goiás, Saint-Hilaire (1975, p. 66) disse desconhecer o motivo dos portugueses terem dado esse nome aos índios. Os relatos que chegaram à sua pena, diziam que este grupo vivia no mato, sem nenhuma outra tribo nas vizinhanças: erroneamente, viram-se sozinhos no universo. Constatou que o entrosamento dos indígenas com a civilização era impraticável e que seu aniquilamento era inevitável. Seria necessário que ficassem sob a tutela permanente de pessoas benfazejas para que pudessem sair da barbárie em que se encontravam. Aos olhos do visitante, uma convivência pacífica parecia impraticável.

No início do século XIX, os Cayapós encontravam-se subdivididos em três grandes grupos: os *Irããmranh*, ou “os que andam pelas planícies”; os *Goroti Kumrenhtx*, ou “os homens do verdadeiro grande grupo” e os *Porekry*, ou “homens dos pequenos bambus”

(VERSWIJVER, 2002). Entretanto, não se sabe quais destes subgrupos habitavam o Sudoeste no início do século XIX bem como sua distribuição espacial na época.

Em Goiás, logo após os primeiros embates com os bandeirantes, os índios perceberam não serem capazes de enfrentar os brancos. A solução? Fugir. Deixando suas tradicionais terras nas imediações do rio Tocantins, fugiram para oeste, mais para o interior. A fronteira da colonização avançava sem cessar e a calma foi breve. Na década de 1830, os posseiros os alcançaram no Sudoeste.

Os registros cartográficos, ao longo do tempo, exemplificam isso com clareza: desde os primeiros registros, como os efetuados tanto por Francisco Tosi Colombina em 1751, por Thomas de Souza, Ângelo Cardoso até os registros feitos por Ricardo Franco de Almeida Serra, pelo Visconde Villiers de L'Île-Adam, pelo *Guia dos Caminhantes*, por Joaquim R. de M. Jardim e Oscar Leal no final do século XIX, o sertão dos Caiapós permanecia, praticamente, inalterado. No esforço dos mapas para registrar as terras produtivas e acessos a áreas potencialmente produtoras de riquezas, o sudoeste de Goiás é registrado como um grande vazio. Nos mapas, uma vasta *terra incógnita* (figuras 1 e 2).

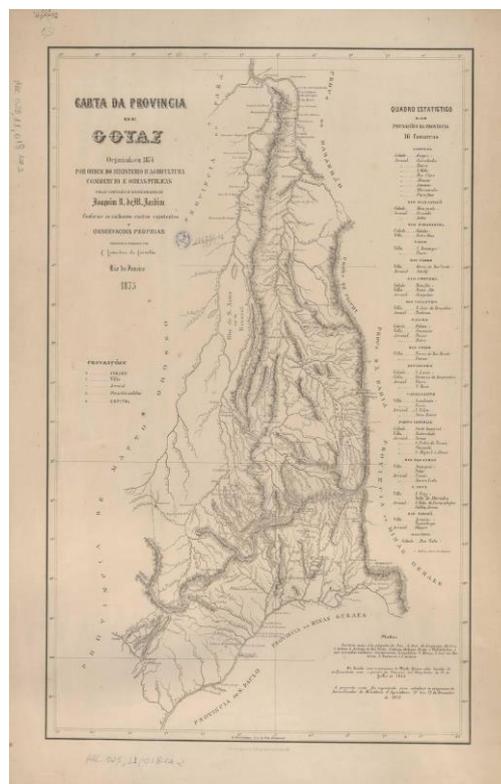
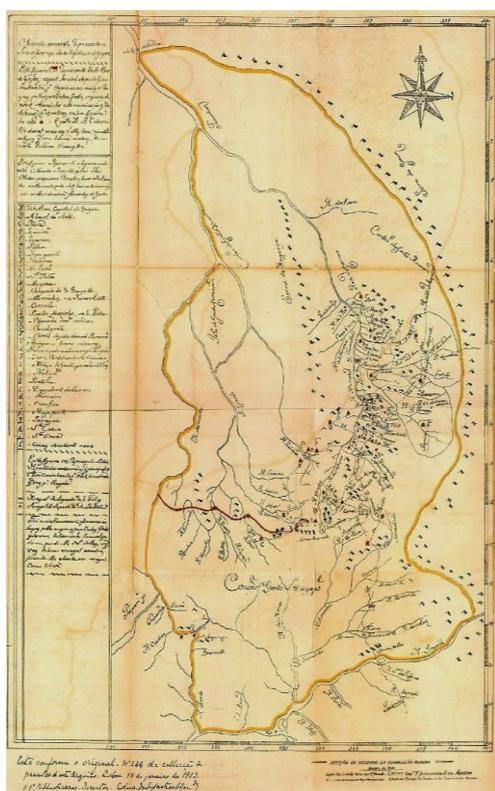


Figura 1 (à esquerda) - Mapa Geral da Capitania de Goiás (1749 a 1775?) e Joaquim R. de M. Jardim (1836-1891). Figura 2 (à direita) - Carta da Província de Goyaz (1875).
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

Vista pelos fazendeiros que a ocuparam paulatinamente de maneira crescente, esta terra vazia constituía-se numa frente pioneira. Compreendendo a criação de algo novo sobre um terreno “virgem”: sociabilidade fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais, no sentido que lhe atribuiu José Martins (2012, p. 135). Um entendimento que vai além da simples ocupação de uma população sobre outros territórios, podendo ser vista como uma situação de enfrentamento a partir de uma expropriação fundiária que, necessariamente, induz a uma alteração drástica, impetrando inegável violência. Um panorama no qual a palavra *desenvolvimento* só faz sentido para os vencedores deste embate. À ótica das populações indígenas existentes, tratava-se de uma frente de expansão que avançava sobre eles ininterruptamente. Seguiu em seu encaixo instaurando um tempo de conflito e alteridade, ao menos no sentido que lhe atribuiu Todorov (2003).

Neste recorte, interessa observar que o “problema índio” marcou uma variável determinante à manutenção de Goiás⁴ até meados do século XIX. A partir daí deixou de ser uma questão governamental para ser uma questão a ser solucionada caso a caso pelos fazendeiros que iam empurrando a fronteira e a ocupação para dentro das terras indígenas. Cada um que ficasse responsável por “limpar” as terras que entendessem por suas. Queriam terras? Que trabalhassem e lutassem por sua posse e não dependesse de recursos da Coroa, sempre escassos, demorados e longínquos. Durante séculos, o *gentio* integrava o universo de perigo dos sertões, ombreado em perigo com as onças violentas, as cobras venenosas e os mosquitos causadores de doenças e febres malignas (LIMA, 2013, p. 21).

Desde o século XVIII, relatos divulgavam e amplificavam a ferocidade dos índios. Márcia Amantino (2006) já havia observado em seus estudos que nesses relatos, a denúncia de barbárie e antropofagia era atribuída como justificativa ao emprego de uma guerra “justa”, principalmente contra os caiapós. Exemplifica, com o relato coletado por Taunay do Capitão Antônio Pires de Campos que afirmava que eles eram mais perigosos que os demais índios – não somente pelas guerras constantes entre as outras tribos – mas pelo uso de práticas inaceitáveis pela cristandade como o assassinato de crianças, o cativo e o canibalismo:

Este gentio [Caiapó] é de aldeias, e povoa muita terra por ser muita gente, cada aldeia com seu cacique, que é o mesmo que governador, a que no estado do Maranhão chamam principal, o qual os domina, estes vivem de suas lavouras, e no que mais se fundam são batatas, milho e outros legumes, mas os trajes destes bárbaros é viverem nus, tanto homens como mulheres, e o seu maior exercício é serem corsários de outros gentios de várias nações e prezarem-se muito entre eles a quem mais gente há de matar, sem mais interesse que de comerem os seus mortos, por gostarem muito da carne humana, e nos assaltos que dão aqui e presas que

⁴ A esse respeito ver: APOLINÁRIO, 2005.

fazem reservam os pequenos que criam para seus cativos⁵ (TAUNAY, 1981 *apud* AMANTINO, 2006, s/p.).

Neste território, as condições do enfrentamento estavam colocadas. Abria-se um ciclo de violência que marcou a ocupação territorial do sudoeste de Goiás por quase um século.

O sudoeste de Goiás entre flechas e balas

Estudiosos como Palacin (1992) observaram que, em relação aos caiapós de Goiás os fatos são conhecidos: para manter os caminhos seguros aos transeuntes na rota São Paulo-Mato Grosso, D. Luís de Mascarenhas, então Governador de São Paulo, contratou o sertanista cuiabano Antônio Pires de Campos, autorizado a empregar as medidas que julgasse necessárias para manter a região livre dos *insultos* dos índios. Entretanto, nem Antônio Pires, nem diversos outros sertanistas envolvidos nesta tarefa conseguiram livrar-se dos índios, de modo que os conflitos armados permaneceram intermitentes até que se iniciaram medidas de aldeamentos. Após 1780, quando o primeiro grupo foi convencido a submeter-se às aldeias especialmente projetadas pelo governo português para este fim sob a tutela de religiosos, a paz parecia ter sido alcançada em Goiás (DELSON, 1979, p. 32-34).

Uma paz frágil e breve. Em pouco tempo, as experiências de aldeamento mostraram-se ineficazes. Tanto Alencastre (1979), quanto Pohl (1976) e Saint-Hilaire (1975) constataram que os aldeamentos tiveram vida efêmera: o construído especialmente para os índios Caiapós – Aldeia Maria I – extinguiu-se em 1813 e o de São José de Mossâmedes, criado em 1774, foi extinto em 1832.

Desde os primeiros contatos entre os brancos da frente pioneira e os índios caiapós, a relação pode ser caracterizada como, no mínimo, desastrosa. Invasão inicial por parte dos brancos, retaliação por parte dos índios. Como bem destacou Jezus Ataídes (1991) a violência estabeleceu-se em um ritmo intermitente somente encerrado com a extinção dos índios e sua expulsão definitiva dos territórios do Sudoeste.

Em pouco tempo, os posseiros perceberam que não seria possível manter um estado de guerra contínua com os índios e esforçaram-se para implementar uma política de “paz”, principalmente mediante a catequese (VAINFAS, 1995, p. 28). Como observou

⁵ Breve notícia que dá o Capitão Antônio Pires de Campos. 20.5.1723. In: TAUNAY, Afonso de E. (org.) Relatos Sertanistas. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1981 *apud* AMANTINO, 2006, s/p.

Marivone Chaim (1974), o efeito da pacificação também não foi durável: à primeira oportunidade os Caiapós voltavam para o mato. Os *insultos* recomeçaram.

Enquanto que, em outras partes de Goiás a paz parecia ter se estabelecido⁶ – os índios escasseavam por doenças, por interiorizações no sertão ou por se submeterem aos aldeamentos – no Sudoeste, os conflitos recrudesceram. Sem interferência do governo, cabia aos fazendeiros resolverem a infestação restante das duas únicas maneiras possíveis: expulsá-los, forçando-os a ir mais profundamente no sertão ou extingui-los. Nesse cenário, a população indígena conheceu um rápido declínio. Tanto que, numa tentativa de calcular sua população restante no início do século XX no sudoeste goiano, o padre Desgenettes (1801-1889) fez uma aproximação de 6 pessoas para cada guerreiro, o que resultaria em, no máximo, 2.000 índios (DESGENETTES, 1906, p. 2).

Além de Rio Verde, as histórias de célebres ataques dos Caiapós em outras regiões da capitania eram contadas e recontadas diversas vezes, mitificando os índios com cores ainda mais terríveis que as reais. Amplificando o terror dos que iam na frente pioneira e contribuindo para, de acordo com Giraldin (1997), legitimar um poder discursivo que justificava de antemão as violentas ações “preventivas” dos paulistas e mineiros que ali chegavam. Estas histórias eram unânimes em caracterizar os caiapós como violentíssimos, paradigmas de ferocidade e truculência na época. Matavam todos, indiscriminadamente, destruíam roças, pilhando o que podiam carregar, queimavam casas e não faziam cativos.

Pesquisadores como Odair Giraldin (1994), Hellas (1979) e Schwartzman (1987) observaram que o comportamento violento dos Caiapós só pode ser compreendido dentro da própria cultura Caiapó. Dentro de seu sistema simbólico, as relações sociais se estruturavam a partir da e na relação binária oposta entre *Panará/hi'pe* (nós/outros) sendo que *hi'pe* era uma categoria que abrangia tudo o que não fosse Panará ou Caiapó, incluindo os brancos, os outros índios, os monstros e os seres sobrenaturais da floresta. Uma concepção que não admitia gradações ou conciliações: como categoria social, fixa dentro de seu sistema simbólico, não admitia cativos. Um cativo, mulher ou criança, jamais poderia ser inserido no grupo, seria sempre *hi'pe*, um inimigo, um *outro* a ser exterminado sempre que possível.

Com base nesta premissa, as crianças brancas presentes nos embates não poderiam ser poupadas. Não fazia sentido ficar com elas. Elas jamais pertenceriam ao povo Caiapó. Ao mesmo tempo, esses inimigos eram vistos como portadores de certos poderes:

⁶ OFÍCIO do desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação, Antônio Luís de Sousa Leal, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia [João Rodrigues de Sá e Melo]. AHU-Goiás AHU_CU_008, Cx. 48, D. 2758.

mediante o contato com eles é que os guerreiros caiapós se tornavam bravos, dignos de respeito. Somente ao enfrentar um *hi'pe*, um inimigo, um jovem índio caiapó seria um guerreiro. Soma-se a isto a valorização da vingança, ou seja, para cada membro do grupo morto ou ferido haveria de ter um inimigo caído.

Esses valores da cultura caiapó sustentavam a versão dos colonos de que os índios não tinham *mercê nem piedade*, eram implacáveis e vingativos. Não conheciam a clemência, nem diante de crianças de colo ou velhos indefesos. Para Hellas (*apud* GIRALDIM, 1997, p. 48), os Panará, semelhante aos “clãs” dos Bororos, formam grupos de residência no espaço da aldeia que ele denominou de *spatial descent groups* (SDG). Como a filiação a um *spatial descent group* se dá por meio da descendência matrilinear, é inadmissível que um indivíduo de outro *spatial descent group* possa ser assimilada em um SDG que não seja o seu de origem. Assim, uma criança capturada não teria um lugar social no plano da aldeia, não poderia casar-se e nem ser adequadamente sepultada pois não existiriam familiares a cuidar do ritual.

Esse modo de ver o mundo era inconcebível e inaceitável para os posseiros. E os embates aconteceram tão logo os primeiros fazendeiros chegaram: conflitos de jurisdição do espaço, travando-se uma guerra de poder pelo território. O palco para a tragédia estava armado e os atores em cena. Para os índios, as engrenagens de sua desventura começaram a se mover naquela parte de Goiás. Nas palavras de Núbia Ribeiro (2008, p. 70):

O direito à terra dos índios vinha depois do poder do conquistador, mas a luta possuía significação distinta para um e para o outro. O território significava para os índios o conjunto da vida e de diálogo com antepassados, por isso em muitos dos relatos coloniais a noite aparece como um momento dedicado aos rituais, aos espíritos ou aos mortos. A terra era o habitat, e não um meio de acúmulo e produção de riquezas. A inexistência de fronteira na concepção indígena é marcadamente perceptível no costume do nomadismo. Talvez isso explique por que as autoridades coloniais civis e religiosas tanto o repeliram com as tentativas incessantes de aldeá-los.

Inaugurando os embates pela posse e domínio do território, José Vilella Junqueira chegou à região de Torres do Rio Bonito por volta de 1837 e foi duramente rechaçado pelos Caiapós. Resistiu numa trincheira e se instalou à força de balas numa região denominada Três Pontes. Para os colonos que vieram depois ele seria um modelo de coragem e obstinação a ser seguido e imitado. Os ataques continuaram, seguidos por feroz resistência. O fazendeiro chegou a tomar a iniciativa de um aldeamento denominado *Macedina*. Não deu certo. Os caiapós restantes recuaram para além do Rio Araguaia numa paz temporária e nervosa (FRANÇA, 2004, p. 263). Gabriel Junqueira Vilella, que havia vindo com ele, não resistiu aos ataques e mudou-se com a família para a região à cabeceira do Rio Araguaia na Fazenda Babilônia, distante dali 36 léguas e numa região mais “limpa”.

Paulatinamente, a ocupação seguia marcando seus limites. Logo novos posseiros chegaram. Vindos de Franca, Casa Branca, Prata e Ouro Preto, diversas famílias empurraram a frente de expansão para noroeste. Ainda em 1837, enquanto os Vilellas iniciaram pequenas plantações de milho e mandioca para garantir a posse, José de Carvalho Bastos chegou à região com o mesmo objetivo: tomar posse de terras na região. O mineiro José Manuel Vilella havia chegado ao sudoeste após passar pelo Desemboque e o sul de Goiás. O paulista Carvalho Bastos chegou à região passando por Sant'Ana do Paranaíba, atualmente no Mato Grosso do Sul. Os dois fazendeiros apossaram uma larga extensão de terras entre os vales dos rios Claro e Verde. Acertando entre si que todas as terras banhadas por águas afluentes do Ariranha pertenceriam aos Vilellas e as percorridas por tributários do Bom Jardim seriam dos Carvalhos. Na topografia levemente ondulada do Sudoeste, isto representava um espigão mestre de consideráveis doze léguas (FRANÇA, 1995 p. 71-72).

A partir daí novos assentamentos foram sendo feitos. Novas fazendas foram criadas dentro do ancestral território indígena. Como os índios eram nômades, os fazendeiros tiveram a sorte de não os encontrar na região do Ariranha e do Bom Jardim. Eles estavam mais ao norte, na região onde seria Torres do Rio bonito, de maneira que os embates tardaram um pouco a chegar à região do Rio Claro.

Mesmo depois que núcleos urbanos já se encontravam relativamente consolidados no final do século XIX, como a Villa do Jatahy e a Villa de Torres do Rio Bonito, os caiapós ainda representavam consideráveis ameaças. O código de Posturas de 1887 da Villa do Jatahy, feito dois anos após a emancipação política e a posse da primeira Câmara, advertia que era “*permitido aos viandantes, carreiros ou tropeiros o uso de suas facas ou armas de fogo, attente o estado de agressão dos Índios neste município, devendo os mesmos viandantes guardal-as logo que entrarem dentro da Villa*”.

Esta preocupação da Câmara certamente significava o receio de novos ataques como o que havia acontecido dezessete anos antes na fazenda Jatubá, no vau do Urubu às margens do Rio Doce. Neste episódio de enfrentamento, um grupo de índios invadiu a sede da fazenda, matou os moradores e saqueou a propriedade. Logo, a partir da fazenda mais próxima, de propriedade de Serafim José de Barros, organizou-se um contra-ataque aos índios. Dois dias depois, uma comitiva de 20 homens alcançou os índios e dizimaram o grupo. Duas crianças sobreviveram: a menina foi entregue ao padre da paróquia e o menino

⁷ Posturas da Camara Municipal Da Villa do Jatahy, municipio do mesmo nome Aprovadas e em execução de conformidade Com a Lei de 1º. de outubro de 1828 art.º. 72. Disponível em: http://C3%93digo_de_posturas_jata%C3%8D_-_1887.pdf.

foi levado para a fazenda do tenente José Manoel na região do Ariranha (FRANÇA, 1995, p. 163-179).

Os jornais em circulação davam notícias dos ataques. O jornal *Tribuna Livre*, associado à família Bulhões, reproduzia notícia veiculada no *Gazeta de Uberaba* sobre ataques dos índios em Rio Verde. Pintava um quadro ainda mais terrível no qual os índios haviam comido a vítima:

No dia 30 de abril ultimo na freguezia do Bom Jardim e lugar denominado Tangerina à pouca distancia d'esta Villa, os índios tapuyos atacam a casa de Joaquim Pedro, onde se achavam dous meninos e uma menina; matarão esta e cortarão-lhe as mãos e uma nádega; fizeram o mesmo a um dos meninos, cuja cabeça foi encontrada sem couro, suppondo-se que o corpo fora comido pelos assaltantes⁸.

As notícias de *vilânias dos índios* nas cercanias de Rio Verde e Caiapônia não diminuía. Fazendas eram assaltadas e saqueadas, animais mortos e casas incendiadas⁹. A situação permaneceu tensa durante anos: relatos de roubos furtivos de ferramentas, matança de gado, ataques de comitivas e viajantes mantinham os ânimos acirrados. Em abril de 1880, mais um ataque: os índios que “infestavam” os sertões entre Mato Grosso e Goiás apareceram de surpresa nas cercanias da vila do Rio Bonito e mataram a mulher do fazendeiro José Severino, sua filha e três escravos que lhes fazia companhia¹⁰. Enquanto isso, represálias eram organizadas por todo lado. O governo recomendava moderação para com os agressores enquanto aguardavam instruções do governo imperial a fim de catequizar e humanizar os índios. Desde a década de 1850, o governo cobrava moderação, expressamente que, “*contra elles não se cometão atos de barbaridade; e que empregue a deligencia possível em fazer aprehender um ou mais índios, assegurando a quem os capturar, boa recompensa*”¹¹.

As notícias corriam, reproduzidas de jornal a outro. Em 28 de agosto de 1880, o *Correio Paulistano* noticiou que uma bandeira, formada por 200 homens de Jatahy e Rio Bonito, atacaram os índios nas cabeceiras do Araguaia deixando uma centena de mortos¹² e outra centena de feridos. Os números parecem exagerados, mas o contexto de ataques legitimava a notícia.

⁸ Assalto de índios. *Tribuna Livre* Ed. 71 28 jun. 1879, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=717592&pagfis=21&pesq=>. Acesso em 02 ago. 2014.

⁹ Assalto de índios. *Tribuna Livre* Ed. 17 30 abr. 1881, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=717592&pagfis=21&pesq=>. Acesso em 02 ago. 2014.

¹⁰ Assalto de índios. *Tribuna Livre* Ed. 12 3 abr. 1880, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=717592&pagfis=21&pesq=>. Acesso em 02 ago. 2014.

¹¹ *Correio Oficial de Goyaz*. Ano XV n. 4, 7 abr. 1852, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=167487&pasta=ano%20183&pesq=>. Acesso 9 set 2014.

¹² *Correio Paulistano*, n. 7124, 28 ago. 1880, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/179608933832/10000755-2Alt=002061Lar=001356.JPG>. Acesso em 11 ago. 2014.

O Publicador Goyano fez, em 1886, um resumo dos ataques, fazendo lembrar que, entre os impostos arrecadados, estavam os pagos pelos fazendeiros que eram vítimas¹³. Como o Império esperava que as fazendas produzissem algo se desamparava seus súditos à sanha de índios? Deu detalhes dos ataques. O posseiro Jeronymo Gomes, na região do rio Claro, retornou a tempo de socorrer a esposa, D. Lúcia, atacada no meio da plantação, sobreviveu milagrosamente. A esposa de Joaquim da Rocha, na fazenda Rica, ao voltar para casa da roça, deparou com os animais em debandada, crivados de flechas. Gestante de oito meses, acompanhada por uma escrava e um filho aleijado, escaparam para o mato com os índios em seu encalço. Escaparam de um perigo, mas caíram em outro, se deparando com uma onça¹³. Os filhos de Luís Fernandes da Rocha, no Morro Queimado, brincavam no quintal quando foram alvejados. A sede foi saqueada. Em Jatahy, um escravo de Serafim José de Barros, estava concluindo uma grande ponte quando foi assassinado por *flechas certeiras*¹³.

Enquanto as notícias cruzavam o país, os posseiros tomavam iniciativas de proteção, organizando bandeiras, reforçando armamentos, redobrando vigilância e contratando jagunços. As cobranças ao governo continuaram: cartas e mais cartas partiam do Sudoeste a diversos jornais reiterando a posição de abandono dos fazendeiros e perigo de ataques indígenas.

Da cidade de Alemão¹⁴ um articulista do jornal tentou colocar um termo aos desencontros com os índios. De cunho maçônico, o autor lembrava que estavam no século XIX – século das luzes e da filantropia e que o trato com os índios deveria ser proporcional à ignorância em que eles viviam. Os índios eram as vítimas e “nós” – os brancos – os usurpadores. Colocou-se contra a organização de uma bandeira em represália aos ataques dos selvagens gratificando 500 mercenários com garruchas e espingardas. Para ele, esta iniciativa terminaria por reunir mais bandidos e facínoras que pessoas interessadas na paz da região, o que a transformaria numa quadrilha. Como consequência, a população do Sudoeste teria o mal dos índios substituído pelo mal dos salteadores.

Assim, a chacina que se pretendia fazer para “limpar o território” terminaria por se constituir numa nódoa para a história futura da província¹⁵. Além disto, as dificuldades e os grandes recursos envolvidos na iniciativa parecem ter sido os reais obstáculos à

¹³ O Publicador Goyano, 17 jul. 1886, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/718901482508/10000289-2Alt=002198Lar=001356.JPG>. Acesso em 11 ago. 2014.

¹⁴ Atual Palmeiras de Goiás.

¹⁵ SOBRINHO, Castro. Notícia sobre as correrias dos índios Cayapós no Rio Bonito, Jatahy e Rio Verde. Plano de defesa projectado pelos Cristãos. Juízo a respeito. A Tribuna Livre ano III n. 22 p. 3 29 mai. 1880. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/717592/per717592_1880_00022.pdf. Acesso em 2 ago. 2014.

empreitada. Disposição havia em atacar os índios. Os fazendeiros desejavam uma medida drástica e eficaz que mostrasse aos índios, definitivamente, que as terras não mais pertencessem a eles. A bandeira não foi organizada e os ataques e roubos continuaram em ataques que não obedeciam nenhuma lógica em lugares alternados de maneira que era impossível aos colonos antever algum percurso traçado pelos índios.

Este desejo de extermínio dos índios por parte dos fazendeiros opunha-se à política oficial. As instruções dadas aos governadores eram claríssimas: tentar a todo custo negociar, persuadir com suavidade, convencer os índios a viverem civilizadamente e não se procurarem domar por armas. A Divina Providência não havia estendido o poder da monarquia católica até estes rincões longínquos para matar ou reduzir os índios à escravidão. Antes, trazê-los ao conhecimento da fé, do amor de Cristo: mudar seus bárbaros costumes em outros humanos e mais úteis à sua própria conservação (PALACIN, 1975, p. 38). Mediante os aldeamentos, resolviam-se dois problemas de uma vez: pacificavam-se os selvagens e garantia-se a ocupação do território. As engrenagens de dominação mediante os aldeamentos, entretanto, produziam o mesmo resultado em relação ao extermínio, apenas sem os enfrentamentos violentos. De uma maneira ou outra, os índios estavam com os dias contados. Davam a entender que o vento de sua ruína havia chegado junto com os brancos reagindo com força. A situação parecia incontrolável.

Somados aos índios, diversos desentendimentos entre próprios fazendeiros no Rio Verde e em Rio Bonito provocaram mortes devido à demarcação de propriedades. A situação era de desentendimento entre os fazendeiros. Disputas sobre divisas sobrepunham-se às disputas pelo território.

Neste panorama, os editores dos jornais estavam cômicos de que o poder de reação das forças governamentais era mínimo frente à extensão do território e à gravidade dos ataques. Pedidos foram feitos à Diocese de Goiás para que enviassem padres para a pacificação e a “cristianização” dos Caiapós que pareciam refratários a qualquer tentativa de aproximação. Diante da situação, diversas famílias vindas de Minas Gerais atraídas pela “uberdade do solo goyano”, viam-se encurraladas pelos índios. Aos leitores, reforçava-se a imagem de que os que se dispunham ao empreendedorismo nas fazendas do sudoeste de Goiás viam-se ameaçadas e compelidas a retornar sob o risco de perder a vida no esforço da conquista.

Se os fazendeiros estavam dispostos a levar adiante a posse, as reações dos índios nas décadas de 1830-40 mostram que estavam decididos a resistir. Como observou Núbia Ribeiro (2008, p. 69) ao recusarem a civilização e seus valores, os índios eram transformados num problema de ordem pública e não exclusivamente religiosa. Quanto

mais índios não estivessem reduzidos aos aldeamentos e aquietados, mais se tornavam motivo de precaução. As notícias sucediam-se nos jornais e repercutiam em outras partes do Império. Em 1885, perto do ribeirão Taquaralzinho, Maria de Tal, que levava comida para seu marido na roça, encontrou-o com a cabeça separada do corpo. Ao voltar para salvar os filhos, foi alvejada¹⁶. Logo depois, na região de Três Barras, Jeremias Gonsalves Manso foi atacado e despedaçado por 200 índios¹⁷. Os intervalos entre os ataques diminuía. No início de 1885, o governo do Mato Grosso extinguiu o destacamento na fronteira com Goiás. Os índios avançaram. No final do ano, os jornais chamavam a atenção do governo para o “estado de devastação” que a ameaça dos índios causava no Sudoeste. Era do interesse da Província que o governo desinfetasse a região a todo custo.

Entre flechas e balas, o território foi sendo assegurado aos posseiros que não retrocederam. Neste sentido, a natureza destes embates sugere uma tendência de os fazendeiros fazerem eco à posição intransigente de Gomes Freire de Andrade e Castro (1757-1817) no século XVIII. Muitos destes fazendeiros eram oriundos da região da Farinha Podre e de outras partes de Minas onde a mão de ferro de Castro havia purgado o território com sangue índio. Como ele, os fazendeiros não tergiversaram.

Em 1886, um ataque dos índios teve repercussão mais ampla. O retiro São Domingos da fazenda de Joaquim Francisco Vilela foi atacado enquanto o proprietário estava medindo um terreno para implantar um mangueiro¹⁸ e dando sal ao gado. Filho de José Manoel Vilella, conhecido como *Vilela Brabo* pelos índios, morreu alvejado por flechas caiapós juntamente com seus filhos Gabriel de 19 anos e Boaventura Vilella de 15, dois capatazes e um escravo.

Mas “Sinhô Vilella” não havia sido uma vítima gratuita da *correria* dos índios. Tratava-se de uma vingança. Em 1884, enquanto conduzia gado à fazenda, foi surpreendido por um casal que fugia de uma horda de índios. José Francisco da Silva e Catarina da Silva fugiram de Piratinga, deixando para trás os corpos dos cinco filhos flechados pelos caiapós. Mal havia socorrido o casal, encontrou os índios que vinham no encalço deles. Entre saraivada de flechas, tiros pipocando e golpes de facão, Vilella matou uns tantos, feriu outros tantos e laçou uma menina índia de aproximadamente doze anos e outro menino de cinco. Durante o calor do ataque, ele chegou a reconhecer, devido a uma pronunciada cicatriz, um dos índios sobrevivente do embate anterior. A partir daí, as ameaças e a vigilância dos índios

¹⁶ Ataque de Índios. *O Publicador Goyano*. Ed. 34 17 out 1885 pg. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=716774&pagfis=369&pesq=>. Acesso em 01 ago. 2014.

¹⁷ Correria dos índios. *O Publicador Goyano*. Ed. 36 15 out 1885 pg. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=716774&pagfis=369&pesq=>. Acesso em 01 ago. 2014.

¹⁸ Curral.

à volta de Vilella aumentaram, acompanhando à distância seus movimentos, silenciosamente, sem perdê-lo de vista. Ele sabia que a fazenda estava sendo vigiada. Mesmo depois que a pequena índia fugiu ao encontro dos seus, a vigilância não diminuiu. O pequeno curumim ainda se encontrava prisioneiro na fazenda (FRANÇA, 1995, p. 212).

As tarefas nas fazendas continuaram. O ritmo do trabalho com o gado não podia ser interrompido. Mas todos os posseiros sabiam que por entre as sombras das moitas e da noite, atentos olhos caiapós vigiavam a propriedade. Se por um lado, o fazendeiro era respeitado pelos índios devido a sua coragem e habilidade com a garrucha e o facão em punho, por outro, os índios sabiam que poderiam contar com a força do número e com a surpresa do ataque. A tensão imposta na fazenda dificilmente poderia terminar de outra maneira. Os embates recrudesceram: José Manuel Villela organizou nova bandeira para cobrar dos índios o sangue derramado e a despeito da presença crescente do governo em Jatahy a luta prosseguiu (FRANÇA, 1995, p. 212).

O desfecho deste episódio e suas repercussões revelam muito dos valores atribuídos na relação dos fazendeiros com os índios. Mesmo tendo sequestrado duas crianças índias, depois de matar outros tantos na pretensa defesa de um casal de posseiros, o fazendeiro foi enterrado como herói e vítima de uma orquestrada ação dos selvagens. Não se cogitou que os pais das crianças estariam dispostos a resgatá-las mediante a força ou que eles houvessem sido vítimas de sequestro. O fazendeiro deveria ser vingado da afronta cometida pelo gentio da terra.

Como era filho de um influente fazendeiro, dono de muitas propriedades na região, o caso da “tocaia dos índios” teve considerável repercussão. Ainda naquele ano, *O Publicador Goyano* publicou carta do vigário de Jatahy, Pe. Pedro de Brito Vasconcellos, dirigida ao Presidente da Província Sr. Luiz Silvério Alves Cruz. O jornal fez dura cobrança à aplicação de medidas a conter a violência no Sudoeste: o quadro pintado era de que, caso o governo não agisse em favor dos fazendeiros, a consequência seria o despovoamento do território.

O vigário – ele próprio um fazendeiro de muitas posses e muito gado – vociferava contra a inércia do governo em adotar medidas enérgicas contra os índios:

Pedimos insistentemente ao governo da província enérgicas providencias, mandando um destacamento com um oficial de confiança a fim de impedir tantos malles que constantemente estamos sofrendo d’esses selvagens; ao contrario seremos constringidos a deixar nossas propriedades e retirarmos para outras províncias, embora com grandes prejuízos mas com bem fundadas esperanças de garantias para as nossas propriedades e nossas vidas¹⁹.

¹⁹ Editorial. *O Publicador Goyano*. Ed. 79 28 ago. 1886 pg. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=716774&pagfis=369&pesq=>. Acesso em 01 ago. 2014.

No ano anterior, o semanário já havia noticiado, em editorial, que a situação no Sudoeste era a pior possível. O governo agiu e enviou um tenente para empurrar os índios para o Mato Grosso e livrar os fazendeiros daquele tormento²⁰. Depois da morte de Joaquim Francisco Vilela, o governo aprovou a criação de um aldeamento para pacificar os índios caiapós no distrito de Jatahy. O próprio José Manoel Vilella se prontificou a doar uma “considerável extensão de bom terreno - nas margens direita do Alto Araguaya e do Taquary”²¹ - para que fosse edificada uma “colônia ou aldeamento, dirigido por missionários, e garantido por força militar, a fim de promover a catechese e evitarem-se as correrias dos índios, que tantos males tem causado em toda esta zona do Estado”²². O aldeamento foi esboçado em “três léguas de excelente terreno na margem do Araguaya”²³. Pontes foram idealizadas e caminhos foram melhorados. Os jornais parabenizaram a iniciativa²⁴, mas os planos não saíram do papel.

De São Paulo e da Corte vieram vozes elogiosas à iniciativa de Vilella. Em 1886, *O Correio Paulistano* comentou que não havia iniciativa idêntica em todo o Império: não só por amor da humanidade, mas a bem da segurança de numerosas localidades, muito é para desejar que o exemplo de Jatahy fosse imitado em outras regiões onde houvesse embate com os índios²⁵.

Era evidente que José Manoel Vilella aparecia como benfeitor e humanitário. Afinal, ele era uma das vítimas e havia perdido filho e netos. Entretanto, sob a imagem de benemérito não havia como ocultar os interesses em garantir o território. Neste sentido, doar uma parcela ínfima de suas terras para o aldeamento que deveria seguir os moldes do de Mossâmedes, representava devolver aos índios uma fração do território ocupado desde 1836. Dono de várias fazendas e possuidor de relativa fortuna, a doação em nada abalaria o patrimônio da família Vilella. Além disso, se o aldeamento tivesse acontecido e os índios tivessem sido pacificados e catequizados, ele teria sido um dos proprietários mais favorecidos considerando que suas terras estavam mais a oeste e iam até o Araguaia, justamente onde se concentravam os pontos de maiores e mais violentos conflitos.

²⁰ *O Publicador Goyano*. Ed. 41 5 dez 1885 pg. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=716774&pagfis=369&pesq=>. Acesso em 01 ago. 2014.

²¹ *O Publicador Goyano*. Ed. 88 30 out 1886 pg. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=716774&pagfis=369&pesq=>. Acesso em 01 ago. 2014.

²² *Diccionario Geographico do Brasil*, 1896, p. 276 *apud* Mello, 2001, p. 15.

²³ *Idem*, p. 16.

²⁴ *O Publicador Goyano*. Ed. 95 18 dez 1886 pg. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=716774&pagfis=369&pesq=>. Acesso em 01 ago. 2014.

²⁵ *O Correio Paulistano* *apud* MELLO. Disponível em: <http://midias.camarajatai.go.gov.br/historia/Hist%C3%B3rias/Ind%C3%ADgenas/index.htm>. Acesso em 10 ago. 2014.

A iniciativa de Vilella foi apoiada pelos principais proprietários, como Serafim de Barros, José Carvalho Bastos e os Garcia no Mato Grosso, garantindo ajuda material e recursos financeiros ao empreendimento. De Jatahy e Rio Verde partiram cartas a diversos jornais em Goiás, Minas e São Paulo chamando atenção para as dificuldades dos fazendeiros e a inoperância do governo provincial. A vinda de um tenente com um pequeno destacamento pouco efeito havia produzido: os índios fugiram e depois que a força foi embora, retornaram. Os fazendeiros queriam uma operação definitiva, uma “limpeza” e uma “varredura” no território compreendido entre Rio Verde e o Rio Araguaia de maneira a “solucionar” o problema. Fosse pelo aldeamento, fosse pelo extermínio. O que não poderia continuar era aquele estado de tensão inextinguível, terror constante e medo diário de assalto. Tornava-se a cada dia mais difícil a lida nos retiros mais afastados, os escravos relutavam no trabalho longe das sedes e os compradores de gado e viajantes raleavam na região. De sua fazenda, Serafim de Barros fez coro às dificuldades narradas pelo vigário e apoiava a iniciativa de Vilella:

Ontem cheguei de Jatahy, onde se promove a formação de uma sociedade catequizadora dos selvagens das cabeceiras do Araguaia até a foz do Diamantino, em vista da ferocidade e repetidos ataques desses selvagens à gente civilizada. A 12 de março passado tentaram atacar meu genro João Carneiro que, com a família se achava em um retiro; mas como não conseguissem seu intento, por serem pressentidos, dirigiram-se para d’ali a duas léguas, onde se achava a família do Sr. José Marciano de Oliveira. Ali chegaram dando gritos medonhos e infernais! A família que constava da senhora de Marciano trancou-se em casa. Os selvagens, fazendo buracos nas paredes, flecharam a todos que se achavam dentro, d’onde proveio-lhes a morte, à exceção de uma crioulinha, que ainda assim ficou muito ferida. Despiram os cadáveres e levaram consigo toda a roupa e peças de ferro que encontraram. Além dessas crueldades, picaram os cadáveres a dentadas²⁶.

Cartas como esta chegavam aos jornais como bombas incendiárias. Às vésperas da Abolição, enquanto o país debatia questões sobre modernidade, emprego de imigrantes, melhorias no serviço público, apareciam relatos e mais relatos de violências inextinguíveis numa terra sem lei no interior do Império. O governo provincial era representado inerte, inoperante, a deixar famílias cristãs inteiras entregues à própria sorte. Cartas saíam do sudoeste e matérias voltavam nos jornais exigindo ação das autoridades. Mesmo jornais conservadores como o *Tribuna Livre* que sempre procurava moderar os comentários, deixavam escapar a ausência do poder governamental aos fazendeiros do Sudoeste. Era indisfarçável que eles não podiam contar com ajuda de ninguém à efetivação de seus objetivos. Lideranças locais, oficiais da Guarda Nacional, pareciam falar com o vento.

²⁶ BARROS, Serafim de. Ataque dos índios. *Apud* MELLO, D. C. Disponível em: <http://midias.camarajatai.go.gov.br/historia/Hist%C3%B3rias/Ind%C3%ADgenas/index.htm>. Acesso em 02 ago. 2014.

Enquanto isso, o governo provincial estava imerso até o pescoço com outros problemas. O quadro político do Império atravessava uma crise poucas vezes vista. Para além das desavenças com os militares e das sublevações escravas, os republicanos realizavam suas reuniões, procurando angariar mais adeptos contra a monarquia e publicavam propaganda e críticas aos sucessivos gabinetes monárquicos. Durante os oito anos de ação dos gabinetes liberais, 10 governadores haviam sido nomeados para Goiás, sendo que alguns não duraram três meses no cargo. Neste cenário o poder era exercido pelos vice-presidentes juntamente com os líderes locais liberais, como os Bulhões, os Fleury e os Caiado e onde, frequentemente, chocavam-se interesses por motivo de nomeação para cargos públicos que de maneira geral ficavam ocupados por correligionários liberais. Além disto, a economia desandava. Tanto que, em 1887 o Barão de Cotegipe (1887, p. 113-116), então Presidente do Conselho de Ministros, em sua *Breve Notícia do estado financeiro das Províncias* advertia que, como consequência do corte dos subsídios dos cofres imperiais de 1886 para a força policial e o diminuto recebimento de impostos de exportação de gado, o governo enfrentava uma situação deficitária.

Em 1885, o último gabinete liberal caiu e assumiu o gabinete conservador do Barão de Cotegipe, disposto a promover uma cruzada de norte a sul à promoção de uma renovação conservadora e a manter a ordem imperial. Como resultado, em Goiás houve uma “degola” de diversos liberais que ocupavam cargos públicos. Os periódicos mandaram acusações, de um lado e outro. Logo que o governo conservador assumiu em Goiás demitiram agentes do correio, removeram professores e transferiram outros para os confins da província. Em São José e Niquelândia, as tensões se acirraram; em Porto Nacional e Catalão, estouraram protestos.

Neste tumultuado quadro político, os acontecimentos no Sudoeste e as reclamações dos fazendeiros pareciam vir de outro mundo. Vozes distantes e abafadas, em outra língua, incompreensíveis. O governo provincial estava ocupado em garantir o poder, firmar lideranças e acordos políticos que o mantivesse no poder e, realmente, pouco podia fazer pelos fazendeiros. Evidentemente, as dificuldades ocorridas no território do Sudoeste não caíram bem no Império, onde os periódicos em circulação descreviam um cenário de guerra, pilhagens e medo constantes. Mas parece certo considerar que carregaram nas tintas da descrição. Pintaram um quadro no qual os proprietários fugiam de suas casas, abandonavam suas propriedades com a roupa do corpo e os filhos nos braços. O que não correspondia, exatamente, à realidade dos fatos. Os fazendeiros resistiram. Apesar da

gravidade dos ataques, os fazendeiros não fugiram, organizaram contra-ataques que provocaram significativas baixas nos índios²⁷.

Entre os fazendeiros, apenas uma figura posicionou-se do lado dos índios. Antônio Cândido de Carvalho, filho de um grande proprietário de terras, tinha tudo para ser mais um criador de gado, como os demais à sua volta. Entretanto, vítima de severas decepções no casamento, resolveu ir morar com os índios e tornou-se um respeitável sertanista (FRANÇA, 2004, p. 217). Os índios tinham-no em alta conta e o ajudaram em expedições pelo sertão, como na descoberta da nascente do Rio das Garças no Mato Grosso. Uma exceção que não mudou em nada o cenário de medo onipresente tanto entre os índios quanto entre os brancos. Um sentimento continuamente pisado e repisado nos noticiosos periódicos que alimentavam a animosidade e não deixavam o estado de guerra esfriar.

Conclusão

A ocupação do Sudoeste não deixou tempo para mediações ou dominações simbólicas. Nada de aldeamentos e catequeses, rituais e práticas cerimoniais dispostas a dominar a existência dos indígenas nos moldes como havia sido tentado em outras regiões da província. Os colonos no Sudoeste já vieram sabendo que as tentativas de aldeamento haviam simplesmente fracassado em suas tentativas de civilizar os índios. Na boca dos tropeiros e viajantes as notícias corriam. Contra os índios só havia um recurso: um tiro certo. Além disto, a urgência da posse e a manutenção da ocupação dispensaram mediadores além das flechas e balas. Os colonos não estavam de passagem e não cogitavam voltar às suas terras de origem em Minas Gerais ou São Paulo. Haviam vindo para ficar e dispostos a enfrentar: se em outros locais de Goiás o governo procurava desde o final do século XVIII uma convivência pacífica, as primeiras ocupações mostraram que isto não seria possível. Aos índios restava a fuga ou o extermínio. Isto era claríssimo para todos.

Longe de Goiás, as notícias transmitidas e retransmitidas de jornal em jornal, causavam constrangimentos para a República. Em 1896, até em Petrópolis chegou a notícia de que os cayapós “estavam fazendo grandes correrias, destruindo os cabos da linha telegráfica”²⁸. As imagens de violência dos caiapós no sudoeste de Goiás destoavam da

²⁷ Informe. *Correio Paulistano*. 28 ago. 1880 apud MELLO. Disponível em: <http://midias.camarajatai.go.gov.br/historia/Hist%C3%B3rias/Ind%C3%ADgenas/index.htm>. Acesso em 02 ago. 2014.

²⁸ *Echo dos Estados*. Gazeta de Petrópolis. Ano 5 n. 73, 9 set 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=304808&pesq=indios%20goyaz&pasta=ano%20189>. Acesso 9 set 2014.

candura de Iracema que fazia sucesso desde 1865, do par romântico Ceci-Peri de *O Guarani* musicado por Carlos Gomes e sucesso até em Milão em 1870 e o heroísmo de Ubirajara publicado em 1874. Onde era esse lugar que ainda era palco de tais acontecimentos? Mas os índios já não haviam sido varridos ou pacificados? Quem eram esses pobres fazendeiros ainda ameaçados pelo desgoverno? As luzes da República não haviam alcançado as lonjuras do interior? Questões colocadas entre as letras miúdas vindas das províncias e que causavam espanto aos leitores das cidades mais urbanizadas.

Com a consolidação das fazendas e das vilas no sudoeste de Goiás – Santa Rita dos Impossíveis e o Arraial do Mineiro – o *certão do gentio caiapó* foi, paulatinamente, desaparecendo. No final do século XIX, temos um registro: de passagem por Rio Verde, o fotógrafo José Severino Soares fotografou um grupo de índios. Nada sabemos sobre os motivos da fotografia, quem a encomendou, onde foi feita e por qual motivo. Na imagem há uma legenda: *Bororos em Rio Verde*. Não é possível saber se era realmente um grupo de Bororos, provenientes de Mato Grosso, ou remanescentes dos Caiapós que ainda permaneciam nas proximidades. A legenda pode ser errônea e aplicada de maneira genérica aos diversos índios daquelas paragens.

Restou a imagem como um testemunho de sua presença: um grupo de dez indivíduos à volta de um chefe sentado e vestido com uma camisa de manga comprida no centro da imagem. Não estão adornados com orgulho, não exibem suas armas, não exibem pinturas corporais. A exceção de três ou quatro, o grupo parece envelhecido e triste diante da impassibilidade do retrato. Ao fundo, já não existe uma selva ou uma mata. No canto esquerdo, uma coluna com um vaso. Apenas uma pintura em tecido, um cenário com um galho de árvore e umas flores a lembrar do mundo natural que os abrigava. Figuras anacrônicas no tempo e no espaço. Uma imagem que, quase, pode resumir os últimos trezentos anos de um povo.



Figura 3 - Bororos em Rio Verde de Goyaz (1894).

Fonte: Acervo fotográfico de Jose Severino Soares. 11,4 x 15,1cm.

Entretanto, se as cidades se encontravam livres dos índios, nos cantos mais distantes, embates ainda aconteciam. O século XIX rumava ao ocaso e, com ele, os índios. Paulatinamente, os *avistamentos* foram ficando cada vez mais espaçados: casos de roupas rasgadas nos varais, matança de porcos e de gado. Presenças que iam tornando-se mais e mais furtivas. Mas restava ainda um ato final. Em maio de 1900, *O Pharol*, publicado em Juiz de Fora, noticiou que a propriedade de José Francisco Braga em Jatahy havia sofrido um ataque avassalador: o fazendeiro, sua esposa, seus onze filhos e uma parteira que havia ido fazer o parto de uma de suas filhas foram assassinados²⁹. O século XX, alardeado pela imprensa como portador de uma nova era de progresso para o Brasil, começou no Sudoeste com flechas anacrônicas.

A ocupação estava consolidada e o preço havia sido pago. Nada houve de pacífico na formação das fazendas e das propriedades. Ao contrário. Igualmente errônea é a sugestão de alguns memorialistas que os embates foram isolados, esparsos, aqui e acolá. O nomadismo dos caiapós por si só os forçava a percorrer grandes distâncias e a geografia da violência mostra que os ataques eram generalizados. Acompanhavam, unicamente, os ditames dos ciclos dos índios. Errônea também é a sugestão de que os fazendeiros eram as vítimas. Se falarmos em vítimas, as balanças pesarão em favor dos índios que encontraram na força dos ataques violentos a única maneira de se opor à perda de seu ancestral território.

²⁹ *O Pharol* n. 267 16 mai. 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&pagfis=&pesq=indios>. Acesso em 03 ago. 2014.

As terras do sudoeste de Goiás não eram um paraíso edênico povoado apenas por araras, tamanduás e onças-pintadas. Existia uma povoação muito antiga e que deixou claro que somente entregaria o território após a morte. Pagaram o preço com seu extermínio.

A morte da família de Francisco Braga parece ter sido o último ataque significativo dos índios, já bastante reduzidos e confinados entre as terras de Goiás e Mato Grosso às margens do Araguaia. Enfraquecidos em recursos e números, os índios foram desaparecendo. Até a década de 1920, sobreviveram relatos de índios que passavam pelas fazendas. Mas não eram mais violentos como no passado. Roubavam roupas nos varais, galinhas nos poleiros e porcos nos chiqueiros. Levavam panelas dos girais e ferramentas dos quintais. Não eram mais vistos. Agiam na calada da noite em silêncio. Os fazendeiros somente sabiam que eles estiveram ali pelas coisas que silenciosamente haviam desaparecido. Pálidos reflexos do que haviam sido no passado. Meras sombras dos guerreiros que haviam enfrentado os colonizadores brancos quarenta anos atrás. Convertidos em fantasmas, passaram a povoar as sombras das matas de cerrado da região. Viraram histórias que as avós contavam aos netos para passar medo. Olhos furtivos a vigiar as fazendas por entre as moitas nas noites do sertão.

SOUTHWEST OF GOIÁS AS BORDER TERRITORY: THE COLONIZATION OF THE *CERTÃO DO GENTIO CAYAPÓ* (1830-1900)

Abstract: This paper approaches the occupation of southwest of Goiás by farmers of Minas Gerais e São Paulo, by 1830, revisiting the issue of coping with the Indians. Inside that, the boundaries claiming and setting between Mato Grosso and Desemboque region, in Minas Gerais. A background of stubborn violence that lasted until the extinction of the natives, around 1900. Without time for symbolic statements, that background has set up a particular relationship with land ownership. At the same time, it has set up a specific spatial occupation of central region of Brazil.

Keywords: Settlement of the Southwest of Goias. History of Southwest of Goiás. Goiás hinterland of Conquest.

Referências

ALENCASTRE, J. M. Pereira de. *Anais da Província de Goyas* (1863). Goiânia: Oriente, 1979.

AMANTINO, Marcia. *As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX*. Varia hist. vol.22 no. 35 Belo Horizonte Jan/June 2006.

APOLINÁRIO, Juciene R. *Os Akroá e outros grupos indígenas na fronteira do sertão – sec. XVIII*. Tese de doutoramento. Recife, 2005.

ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, UFG, 1991.

BARBO, Lenora de Castro; SCHLEE, Andrey Rosenthal. *As estradas coloniais na Cartografia Setecentista da Capitania de Goiás*. I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Rio de Janeiro, Paraty, 2011.

BARBOSA, Altair S; GOMES, Horieste; NETO, Antônio Teixeira. *Geografia: Goiás-Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 2005.

BUCCI, Roberto L. Franco; NETO, Antônio Teixeira. A questão dos limites entre os estados de Goiás e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. In: Boletim Goiano de Geografia, v.3 n. 1 jan-dez 1993, p. 39-55. Disponível em: <http://revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4277/3756>. Acesso em 12 nov. 2015.

CHAIM, Marivone Matos. *Os aldeamentos indígenas na capitania de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1974.

COTEGIPE, Barão de. *Breve Notícia do estado financeiro das Províncias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. 113-116. Disponível em: <http://memoria.org.br/>. Acesso em 12 ago. 2014.

D'ALINCOURT, Luís. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Brasília: Senado Federal, 2006.

DELSON, Roberta Marx. *New Towns for Colonial Brazil: Spatial and Social Planning of the Eighteenth Century*. Texas: Syracuse University, 1979.

DESGENETTES, Pe. Raimundo Henrique. *Os Índios Cayapós*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, LXVII, 1906. p. 217-225.

FRANÇA, Almério B; LIMA, Binômio da Costa *Primeiros fazendeiros do sudoeste goiano e do leste mato-grossense*. Jataí: Sudográfica, 2004.

FRANÇA, Basileu Toledo. *Pioneiros*. Goiânia: Ed. da UFG, 1995.

GIRALDIN, Odair. *Kayapó e Panará: uma luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. São Paulo: Ed da Unicamp, 1997.

GOMES, Horieste. América: Desenvolvimento ou exploração colonial e neocolonial. In: Boletim Goiano de Geografia, v.14 n. 1 1994, p. 23-38. Disponível em: <http://revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4332>. Acesso 12 nov. 2015.

HEELAS, Richard H. *The social organization of the Panará, a Gê tribe of Central Brasil*. Oxford: Oxford University, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Nísia T. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira – A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2012.

NAGHETTINI, Sérgio. Povos indígenas no Brasil. Disponível em: <http://povosindigenasnobrasil.blogspot.com.br/2009/05/caiapo.html>. Acesso 11 nov. 2015.

NETO, Antônio Teixeira. Formação territorial: considerações sobre alguns aspectos geográficos, históricos e políticos. In: Boletim Goiano de Geografia, v.2 n. 2 jan-dez 1992, p. 137-163. Disponível em: <http://revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/8565/6063>. Acesso em 12 nov. 2015.

OTÁVIO, Rodrigo. *Os Selvagens Americanos perante o direito*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

PALACIN, Luís. “Uma amnésia coletiva: a ausência do índio na memória goiana” In: Ciências Humanas em Revista. Goiânia: UFG, 1992.

POHL, John E. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/ Edusp, 1976.

PORTELA, Cristiane de Assis. *Apontamentos acerca da história indígena em Goiás: do índio imaginado ao índio real*. In: SERPA, Élio Cantalício; MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Histórias de Goiás: memória e poder*. Goiânia: Editora da UCG, 2008. p. 77-108.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. *A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos*. Perspectiva 9/10. São Paulo: 1986, p. 119-143. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1866/1533>. Acesso em 04 jul. 2014 11:42.

ROCHA, Leandro M. *O Estado e os Índios: Goiás, 1850-1889*. Goiânia: Ed. da UFG, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Ed. da USP, 1975.

SAMPAIO, Luiz Augusto P. *Legislação sobre Goiás no Reino e Império*, v. II. Goiânia: Contato Comunicação, 2011.

SCHWARTZMAN, Stephan. *The Panará of the Xingu National Park; the transformations of a society*. Chicago: Chicago University, 1987.

SOUZA, Laura de Mello e. *Formas provisórias de existência: nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações*. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, v. 1, p. 41-81.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América – A Questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes Editores, 2003.

VAINFAS, R. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: companhia das Letras, 1995.

VERSWIJVER, Gustaaf. Kayapó - subgrupos, migrações e contato. *Povos Indígenas no Brasil*. Maio, 2002. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kayapo/181>. Acesso em: 02/09/2014.

SOBRE O AUTOR

Rafael Alves Pinto Junior é doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

Recebido em 15/11/2015

Aceito em 18/11/2015